

OS DISPOSITIVOS TECNOLÓGICOS NO DISCURSO DA UAB: UMA AGENDA FOUCAULTIANA PARA A PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Alásia Santos R. do Nascimento

Doutoranda do PPGE/UFPB e docente da UFPB
alaciasantos@gmail.com

RESUMO: Este trabalho objetiva analisar as condições em que o discurso da Universidade Aberta do Brasil (UAB)ⁱ se produziu, no sentido de entender como a centralidade da tecnologia digital vem desenhando a formação docente no Brasil. Os dispositivos tecnológicos são vistos pelo discurso da UAB como fatores de desenvolvimento econômico e educacional no país, funcionando como dispositivo de poder porque circula nas redes discursivas como discurso verdadeiro. A analítica do poder de Michel Foucault permitiu compreender que em nome do discurso das tecnologias digitais a UAB desloca o foco da formação docente para a educação básica.

Palavras-chave: dispositivos tecnológicos; educação a distância; educação superior.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta da conclusão de uma tese de doutorado em educação, em que se buscou investigar as condições de produção do discurso da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e como os dispositivos tecnológicos se integram na produção deste discurso, constituindo nele relações de poder. O discurso da UAB, na medida em que se ancora nas tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs) institui relações de poder de que a tecnologia digital é fator de desenvolvimento político, econômico, cultural e educacional no país, contribuindo para a formação docente de qualidade na modalidade a distância no Brasil.

A UAB foi criada por meio do Decreto 5.800, de oito de junho de 2006. Em sua implantação ressalta que o uso de tecnologias *online* aliado à educação a distância promove maiores condições de democratizar o ensino superior “com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país”, conforme o art. 1º deste Decreto. Objetiva ainda “oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica”, e criar cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores da educação básica. Um dos principais motivos levantados pela Secretaria de Educação a Distância (SEE) para a criação da UAB é a possibilidade de aproximar pessoas, grupos, culturas através da mediação tecnológica.

A UAB foi criada concomitantemente ao ritmo de inserção tecnológica no país ocorrido a partir a partir da década de 1990, enquanto em outras universidades abertas a tecnologia digital representou muito mais um agregado técnico que potencializou novas formas de aprendizagem (MOORE, 2007). Podemos verificar isto na Open University do Reino Unido que se definia como:

A universidade aberta é aberta a pessoas, lugares, métodos e ideias. [...] O estilo da universidade aberta de ensino é chamado de “suporte de aprendizagem aberta. [...] Aprendizagem aberta significa que você estará aprendendo no seu tempo livre, lendo o material do curso, trabalhando em atividades do curso, atribuições da escrita e, talvez, trabalhando com outros alunos. [...] Alguns cursos incluem uma escola local

para realização da aprendizagem em diferentes momentos. [outras] incluem apoio de um tutor ou aluno pessoal de serviços em centros regionais, bem como das áreas centralizadas a como a library ou associação de estudantes¹.

A Open University do Reino Unido define-se como aberta pelo tipo de aprendizagem e não pelo tipo de tecnologia empregada na aprendizagem, devendo a tecnologia estar a serviço da aprendizagem e não o contrário. O que demonstra a compreensão de que aberta não equivale à distância, mas que educação a distância é uma modalidade operacional em que a aprendizagem aberta pode se encontrar pelos mais diversos meios, seja por correspondência, TV, vídeo cassete, DVD ou de forma digitalizada, independente da tecnologia, pois quem dá o tom é a episteme que sustenta esse tipo de educação e não apenas a aplicação maciça de tecnologia, como se evidencia no discurso da UAB.

Para compreender o contexto político em que a UAB foi gestada é necessário o entendimento dos modelos de educação a distância na educação superior existentes no país entre 1999 e 2009. Embora a UAB seja marcada, do ponto de vista legal, pelo ano de 2006, resultou de um processo de discussão iniciado pela Universidade virtual pública do Brasil (UNIREDE) e pelo Programa de formação inicial para professores em exercício (Pro-Licenciatura) com o objetivo de democratizar o acesso à educação. No entanto, a UAB revelou de antemão um rompimento político e epistemológico com as políticas e concepções de educação a distância anteriores, das quais se amparou.

Serão abordadas questões sobre EAD na UNIREDE, no Pro-Licenciatura e na UAB em duas perspectivas: a) o projeto político que as sustenta; b) o projeto pedagógico que as orienta. No primeiro item foram observadas categorias como democratização do acesso à educação, inclusão e diversidade. No segundo, serão vistos aspectos que concernem às concepções de educação, educação a distância, ensino, aprendizagem e perfil do professor.

2 DA UNIREDE À UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

Em dezembro de 1999 foi proposta a criação da UNIREDE, denominada Universidade Virtual Pública do Brasil, tendo como objetivo principal “democratizar o acesso à educação de qualidade por meio da oferta de cursos a distância” no ensino superior nos níveis de graduação, pós-graduação e extensão sob a forma de ensino regular, gratuito e formação continuada². É importante ressaltar que a demanda pela democratização de acesso a educação superior foi provinda da sociedade civil e das instituições educação superior que desenvolveram diversas pesquisas sobre o uso das TDICs na tentativa de criar cursos a distância *online*. A partir de 1997, o resultado dessas pesquisas e de experiências exitosas conduziu as instituições à busca por credenciamento oficial a fim de atuar na educação a distância³. Além de articular pesquisas e experiências em EAD das instituições de ensino superior, um dos principais papéis desempenhados pela UNIREDE foi fornecer suporte ao surgimento de Programas de educação a distância que se encontram atualmente implantados em todo país, como o Pró-Licenciatura e a Universidade Aberta do Brasil.

As instituições consorciadas a UNIREDE passaram a ofertar programas de licenciatura baseados no perfil dos alunos e nas necessidades locais dos municípios. Era esse perfil que determinaria o modelo de curso proposto, o que revela uma preocupação já apontada no próprio discurso político-pedagógico em considerar as peculiaridades da cultura local e a necessidade de atender aos alunos⁴.

O Pró-licenciatura criado em 2005 no âmbito do Ministério da Educação (MEC) a partir das coordenações articuladas das Secretaria de Educação Básica (SEB) e da Secretaria de Educação a Distância (SEED), sendo apoiado pelas Secretaria de Educação Especial (SEESP) e Secretaria de Educação Superior (SESu). Provém da necessidade de combater os déficits de qualidade na escolarização – identificados pelo SAEB – através do investimento na formação inicial e continuada para professores a fim de melhorar qualitativamente a educação básica.

O documento que referenda o Pró-licenciatura⁵ apresenta propostas que dizem respeito à qualidade da educação, conceito de escola, concepção de educação e de educação a distância, concepção de professor e de aluno, explicitação de metodologias para as modalidades presencial e a distância, reconhecimento da universidade como espaço público e democrático, valorização do profissional da educação. Um dos pontos interessantes do Pró-licenciatura é a forma de condução do programa que se dá através da articulação entre governo federal, instituições de Ensino Superior, estados e municípios, na perspectiva de uma gestão compartilhada (MEC/FNDE, Resolução CD, nº 34, Anexo III, 2005).

A articulação entre essas instâncias ocorre de maneira cooperativa nos níveis de decisão e execução. Cooperação que se estende à participação dos gestores estaduais e municipais de educação que, junto com as Instituições de Ensino Superior (IES) contribui para a elaboração dos cursos. Isto porque faz parte das prerrogativas do Pró-licenciatura que os cursos atendam a demandas locais, em nível municipal e escolar, buscando a inclusão nos processos educativos e o respeito à diversidade. Assim, as propostas preveem inclusive o atendimento a professores que atuam no campo, articulação com movimentos sociais e organizações comunitárias na concepção e execução do programa.

Paralelo ao Pró-licenciatura foi criada oficialmente o Sistema Universidade Aberta do Brasil através do Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006. A perspectiva de implantação da UAB moveu-se no sentido de ressaltar que o uso das tecnologias aliado à educação a distância promove maiores condições de democratizar o ensino superior “com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país”, conforme o art. 1º do referido Decreto. Seus objetivos principais são: “oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica; oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

A UAB foi pensada no clima de reestruturação do ensino superior no país com vistas à sua expansão e interiorização e na perspectiva do Fórum das Estatais pela Educação⁶, do qual o Banco do Brasil fez parte, gerando a demanda de formação de seus funcionários a partir da criação de um bacharelado em administração. Embora o projeto-piloto tenha contemplado

originalmente a abertura de um bacharelado, atualmente a UAB assume como meta principal a formação de professores para a educação básica, conforme diz seu portal na web⁷.

Em meio a trâmites administrativos e burocráticos, é importante ressaltar que a publicação da 1ª chamada do Edital nº 1 antecede a criação legal da UAB como sistema, que data de junho de 2006, sendo o resultado da articulação entre IES e municípios relacionado a esta primeira chamada, republicado em outubro de 2008, referente não só à esta chamada mais a uma 2ª chamada do mesmo Edital ocorrida em outubro de 2006. Após a avaliação das propostas enviadas pelos envolvidos o resultado da articulação entre cursos propostos pelas IES e demandas de cursos dos municípios foi publicado no Diário Oficial da União, demonstrando que todos os cursos a distância a serem ofertados seriam de licenciaturas diversas (DOU, 2008, seção 3). Com relação à política de articulação,

O programa UAB funciona com o apoio de pontos chamados Polos de Apoio Presencial. São espaços físicos mantidos por municípios ou governos de estado que oferecem infraestrutura física, tecnológica e pedagógica para que os alunos possam acompanhar os cursos UAB. Os polos estão estrategicamente localizados em microrregiões e municípios com pouca ou nenhuma oferta de educação superior. A proposta de criação de um Polo Municipal de Apoio Presencial parte do próprio município ou governo de estado que enviam projetos conforme abertura de Edital⁸.

Destaca-se um discurso político que aponta para a melhoria da qualidade na educação vinculada à implementação de políticas e pesquisas ligadas à Educação a Distância ancorada nas TDICs, às melhorias nos padrões de gestão, credenciamento, acompanhamento e avaliação; enfoque nos instrumentos de avaliação como formas de controle; gestão compartilhada entre os sistemas federais e os municípios com polos presenciais; expansão e interiorização do ensino superior; democratização do ensino superior e melhoria da qualidade deste ensino e da Educação Básica. Como a execução – e não a decisão – sobre os cursos ofertados é descentralizada, fica a cargo das IES a propositura de projetos político-pedagógicos (PPP) de cursos a distância, conforme as especificidades dos cursos ofertados e sua correspondência com os cursos presenciais já credenciados. Os papéis de professor e aluno são definidos de acordo com os entrecruzamentos decididos previamente pelo Ministério da educação (MEC). Desta rede, chamada “Rede UAB” surgem o que a UAB chama de atores presentes no processo de oferta de cursos. O papel desses atores encontra-se no desempenho eficiente de suas funções nas instituições. São atores da instituição: coordenador UAB nas IES, coordenador suplente, tutor a distância, professores, coordenador de polo, alunos. Quem interliga essa rede de atores e a faz funcionar são as tecnologias digitais online, segundo a UAB.

A UAB, da forma como funciona, representa um rompimento com o processo de discussão da vinculação EAD/TDICs ocorrido desde a UNIREDE, bem como no Pró-licenciatura, já que desconsiderou o pressuposto da cooperatividade entre a *rede de* universidades consorciadas - onde, a partir delas se definiriam democraticamente a organização de consórcios e o uso das TDICs na EAD - propondo uma universidade *em rede* ou *online*, em sua execução e não nos processos de decisão, reservados ao MEC.

No horizonte de aproximações entre a UNIREDE, o Pró-Licenciatura e a UAB, é possível apontar algumas convergências e divergências. Trata-se de três projetos políticos que partem da necessidade de democratizar o acesso a educação superior pública e de qualidade vinculados à perspectiva da educação a distância. Porém, a UAB destoa – não que precisasse realizar um movimento linear – com o amplo processo de discussão construído a partir das iniciativas da UNIREDE. A opção por ser apresentada e lançada no Fórum das Estatais pela Educação – com pronunciada tensão da iniciativa privada – e não por ser debatida nos fóruns da UNIREDE acena de início para o distanciamento do movimento do qual a própria UAB, enquanto Universidade Virtual, partiu. Tal distanciamento expressou-se mais visível ao propor o projeto-piloto do curso de administração de empresas para atender a uma demanda específica do Banco do Brasil na qualificação de seus funcionários, no qual o Banco do Brasil financiou. (CARVALHO, 2009)

A UAB, uma vez criada oficialmente em 2006 e em paralelo à execução do curso piloto de administração, estruturou-se no sentido de atender à demanda pela formação inicial e continuada de professores. A questão é: por que começar por um curso piloto de administração de empresas na tentativa de consolidar-se como universidade virtual se após regulamentação passou a contemplar prioritariamente a formação de professores para a educação básica? No momento, não se encontrou outra razão se não o repasse direto de financiamento oriundo do Banco do Brasil, já que a UAB não tinha sido criada legalmente.

O Pró-licenciatura revela-se como um programa que anseia “... além da diplomação dos professores-alunos, a melhoria da qualidade de ensino na escola em que atuam e a ampliação das possibilidades de aprendizado por seus alunos” (MEC/FNDE, Resolução CD, nº 34, Anexo III, 2005, p.06). Significa que a expansão não necessariamente reduz-se aos diplomas e à elevação quantitativa de pessoas incluídas no ensino superior – certamente, esta é uma possível consequência de uma proposta focada no professor, no aluno e na escola. São as demandas destes que tanto as IES consorciadas à UNIREDE quanto ao Pró-licenciatura pretendeu atender. Por isso que são as instituições de ensino superior, os municípios, os movimentos sociais que são chamados a participar de todo o processo de oferta, elaboração, decisão e execução dos cursos à distância.

Em abril de 2009 a UAB ampliou sua rede através da incorporação dos programas Piloto e Pró-licenciatura, considerando a migração de cursos e polos para o sistema UAB, sem considerar o projeto pedagógico no qual o Pró-Licenciatura, mas apenas integrando os cursos que até o momento apresentavam melhores resultados⁸.

3 AS TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO DISPOSITIVOS DE PODER

Reafirma-se que não se pode substituir a educação presencial por um modelo de Educação a Distância que supervalorize os códigos digitais e os dispositivos tecnológicos. Nesse sentido os códigos digitais, enquanto sistema semântico de elementos estruturados que produz inúmeras representações, não prescinde de uma integração e negociação com a materialidade da educação, suas teorias, métodos e práticas pedagógicas.

Compreende-se dispositivo tecnológico como o que não se encerra apenas na questão de técnica, ferramenta, mas na aprendizagem de seu uso e funcionamento, de sua inserção histórica na sociedade, a fim de explorar seus usos e integrá-los cada vez mais à educação e à cultura. Michel Foucault em *Microfísica do Poder*, explica o sentido e a função metodológica do termo dispositivo:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (1979, p.244)

O dispositivo é compreendido como algo que extrapola a noção de “caixa de ferramenta”, o que remete à ideia de que dispositivo refere-se a tudo que é, instrumento, mecanismo, estratégia e meio. Engloba discursos e instituições, entre outros, instituindo e constituindo regimes de vida e de governo, não se restringindo, por outro lado a um elemento exclusivamente discursivo, porque se refere ao “dito e o não dito”, constituindo-se como uma rede que conecta, produz e reproduz os diversos regimes de vida e de governo. A tecnologia como dispositivo, portanto, dimensiona-se para além da perspectiva instrumental, como ferramenta; distancia-se da noção reducionista de mediação entre a informação/conhecimento e o ser humano, median-do conteúdos; pode ser compreendida como mediadora de conflitos; instituidora de poder e controle, além de um dispositivo que, conectado a outros dispositivos – disciplinar, de segurança, pedagógicos – revela as tramas das relações de poder por eles instituídos, podendo ser visto por dentro do campo do poder político.

O dispositivo é aquilo que marca e interligam discursos diversos, sendo impresso a ele a marca do discurso – instituição, arquitetura, tecnologia, leis, organizações, enunciados científicos, entre outros – ao qual se encontra vinculado e que não só revela relações de poder, mas práticas de regulação do discurso e procedimentos de exclusão, tanto quanto pode permitir a desregulação de discursos hegemônicos ou até mesmo sua revitalização. No caso dos dispositivos tecnológicos, observa-se que, além de interligar diversos discursos e práticas culturais via EAD/TDICs, trazem a possibilidade de evidenciar as condições de descentramento do poder, do saber e da verdade. Contudo, no horizonte das grandes estratégias de poder se “encontram suas condições de exercício em micro relações de poder” (idem, p. 249). Significa que as grandes estratégias de relações de poder – por mais fechadas – podem extrapolar seus limites e avançar para outro tipo de relações de poder menos verticalizadas.

Os dispositivos tecnológicos funcionam no discurso político da UAB como dispositivos de poder, circulando como discursos verdadeiros na medida em que a tecnologia digital *online* garante uma suposta qualidade, pois

numa sociedade como a nossa – mas, afinal de contas, em qualquer sociedade – múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social; elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acu-

mulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro. Não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade. (FOUCAULT, 1999, p. 28-29)

Contudo, não sendo uma instância que se instaura de cima para baixo, o poder “não para de questionar, de nos questionar; não para de inquirir, de registrar; ele institucionaliza a busca da verdade, ele a profissionaliza, ele a recompensa.” (idem, p.29). Para Foucault (1999), o poder é algo que circula, que se encontra e só funciona em rede; não existindo um ponto fixo donde supostamente emana todo o poder, pois “o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (1979, p.248). Como algo que se exerce em rede, o poder pode circular e mudar de posição entre os que nas relações de forças são submetidas e os que o exercem: “em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles”. (idem, p.35). Assim, Foucault pensa o poder em termos de relações de forças e como, nestas relações, os sujeitos se deixam sujeitar a medida que as relações de sujeição são fabricadas (FOUCAULT, 1997). Portanto, na analítica do poder, é preciso deixar que o poder apareça

na sua multiplicidade, nas suas diferenças, na sua especificidade, na sua reversibilidade: estudá-la, portanto, como relações de força que se entrecruzam, que remetem umas às outras, convergem ou, ao contrário, se opõem e tendem a se anular. (ibidem, p.71)

As tecnologias digitais podem se inscrever numa tecnologia de poder, revelando-se na condição de biopoder e instituindo-se em uma biopolítica. Foucault afirma que a biopolítica (1999, p.292-293) “lida com a população e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder...”. O biopoder é a tecnologia de poder que lida com o homem como ser vivo, não para subjogá-lo como nos moldes do Estado soberano e da teoria clássica da soberania, em que o controle e a disciplina sobre os corpos e sua higiene por exemplo eram mecanismo central de poder, mas o poder para qualificar a vida, compreender e entender o “como” da vida.

Os dispositivos tecnológicos na UAB ocupam o papel fundamental de tornar possível a expansão e interiorização do ensino superior na modalidade a distância e com isso viabilizar a formação do professores da educação básica através da democratização do acesso a educação superior e da constituição de uma política que garanta a qualidade dessa formação mediante o desenvolvimento de um discurso soberano sobre a tecnologia. Atrelada a essa política encontra-se um esquema de articulação, controle, avaliação e centralização das decisões, restando às Instituições de ensino superior, aos municípios e aos sujeitos da prática pedagógica executar via tecnologias digitais o que já fora previamente pensado, seja no âmbito das IES, seja no âmbito do MEC. Porém, são esses mesmos dispositivos que uma vez fornecendo aos sujeitos “todas” as possibilidades formativas, colocam sobre ele a responsabilidade sobre sua própria formação.

Foucault (2006), ao falar sobre os dispositivos disciplinares afirma que tais dispositivos se organizavam por dentro de um regime de poder regulamentar, anônimo e não individual que paradoxalmente identifica as individualidades. Esse poder regulamentar encontrava-se por dentro das instituições – a igreja, o exército, a escola, entre outras. As instituições se apropriam, segundo ele, do corpo individual dos sujeitos por um poder anônimo que os padroniza e os enquadra como sujeitos sujeitados. Interessante é que a noção de sujeitos sujeitados ou “engolidos”, enquadrados e padronizados dentro de um sistema de poder cabe na análise dos dispositivos tecnológicos na forma como são empregados na UAB. Sob o argumento da expansão do ensino superior em virtude de uma ampla demanda, se está formando professores sem um perfil pedagógico que revele sua identidade profissional inscrita num projeto pedagógico consistente. Foucault (2006) assinala que faz parte da história dos dispositivos disciplinares “tragar” pessoas na sua individualidade, sujeitando-as e acumulá-las e redistribuí-las racionalmente tal como se acumula e redistribui capital. Essas acumulações e redistribuições consistem

primeiramente, em maximizar a utilização possível dos indivíduos: tornar todos eles utilizáveis, não para poder utilizar todos eles, mas justamente para não ter de utilizar todos, não ampliar ao máximo o mercado de trabalho de modo que garanta uma margem de desemprego que permita um ajuste para baixo dos salários. Tornar, por conseguinte, todo o mundo utilizável. (FOUCAULT, 2006, p.90)

Os sujeitos se mantêm exatamente onde estão; são redistribuídos não no sentido de mobilidade social de movimentar por dentro de estratos ou classes sociais distintas, mas de ocupar os espaços aos quais em princípio deveriam ocupar, sem necessariamente precisar se deslocar. É possível pensar que uma forte política de articulação institucional entre os sistemas de ensino federal, estadual e municipal – tarefa da UAB – permite que os professores da educação básica além de terem a oportunidade de acesso ao ensino superior permaneceriam “acumulados”, através da mediação tecnológica, em seus próprios espaços, trabalhando e realizando sua formação no próprio lócus do qual estão postos a permanecer. Essa distribuição dos indivíduos permite não apenas a acumulação de suas forças produtivas mas de seu tempo: “do tempo de trabalho, do tempo de aprendizagem, de aperfeiçoamento, do tempo de aquisição dos saberes e das aptidões.” (idem, p. 90)

Nesse caso, não estariam os dispositivos tecnológicos, na medida em que articulam a formação dos professores em rede, funcionando como um *panopticon*? Como um mecanismo a partir do qual o poder atua e se multiplica por dentro das instituições e nas suas articulações? O *panopticon* é como uma prisão de vidro, uma prisão transparente; as pessoas são postas cada uma em seu espaço e são vigiadas pelo olhar atento do vigilante que as consegue localizar espacial e individualmente. Embora a massa de pessoas seja contida, são vistas sempre de um ponto fixo e por isso formam muito mais uma multiplicidade composta de indivíduos que embora veja e escute as mesmas coisas, as recebem sempre individualmente, de seus pontos fixos.

Trata-se de um poder anônimo e sem corpo, de modo que se retirada a figura de poder, os que a ele estão sujeitados ainda continuariam a sentir seu exercício. O *panopticon* é também um regime de poder que simula e disciplina regimes de vida e de verdade, de modo que uma

vez que o professor seja formado através de um curso de graduação a distância que supervaloriza a tecnologia em detrimento do pedagógico, pouco importa, se esse professor vai mudar de posição. Mesmo porque além de tudo, ocupar uma posição – com diploma – na sociedade, independente de onde se esteja parece ilusoriamente extrapolar o poder, o mesmo poder que disciplinou e redistribuiu os sujeitos de modo a perpetuarem sua condição de assujeitamento.

Foucault (2005) afirma que o saber também é marcado por reviravoltas a que ele chama de “reviravoltas do saber”. Nestas, em que o saber foi rechaçado em nome da existência e da realidade, outros saberes se insurgem – que são os “saberes sujeitados”. Por saberes sujeitados, o autor entende: 1) saberes que nós enfrentamos com as normas e com ordenações funcionais e sistemáticas que os separou e proibiu (como o saber do louco, por exemplo) foram sujeitados; 2) “saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados”(p.12). São saberes vistos como hierarquicamente inferiores, que estão “abaixo do nível do conhecimento e da cientificidade”(idem). Nessa característica do saber, é possível ver, inclusive hoje os saberes pedagógicos. Neste caso, os saberes docentes estão sendo “sujeitados” pelos dispositivos tecnológicos que, funcionando como dispositivos de poder, se põem num nível hierárquico “superior” ao saber pedagógico, o absorvendo e dissipando. É preciso assim, se resgatar, como diz Foucault, “fragmentos de genealogia”, fazer insurgir, pela crítica, o saber pedagógico e educacional naquilo que tem de poder.

O poder dos dispositivos tecnológicos sobre o saber pedagógico funciona de acordo com a instituição de um discurso verdadeiro – o discurso das tecnologias digitais como ferramenta por excelência viabilizadora da educação a distância no ensino superior frente às demandas quantitativas do mundo atual. No patamar do discurso, não adianta analisar o poder buscando suas intenções mais profundas e acimadas. O poder, embora apareça hegemônico em certa medida, não é homogêneo, de modo que a acepção do poder que separa os indivíduos em dominantes e dominados já se encontra superada. Contrariamente a este modo, o poder é circulante e funciona em cadeia. Para Foucault (idem, p.35) “O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo”. Na medida em que funciona em rede e não tem um ponto fixo, o poder precisa ser analisado na sua história, no seu trajeto e de maneira ascendente a fim de se observar nos níveis mais ínfimos como atua, se desloca e se expandem.

A analítica do poder permite realizar uma análise do poder para além da fórmula que tradicionalmente o vê localizado num ponto fixo donde emana toda a sua força, não havendo, portanto, condições de saída do poder senão a tomada ou “retomada” do poder; conseqüentemente a reprodução de estruturas cristalizadas e hegemônicas do poder. Embora a noção de descentralização, impressa no modelo de estado neoliberal seja uma falácia e uma tática de poder, é nela mesma e no exercício de buscar suas tecnologias e estratégias, que reside não a retomada do poder mas a possibilidade de uso do poder em favor do saber e em favor da vida. O biopoder, que tem a ver com a relação entre vida e poder e como se estatiza a vida pelo poder, lhe tomando e absorvendo, como estratégias e dinâmica, se institui e constrói pela biopolítica⁹, ou seja, pela possibilidade

de controlar a vida pelo poder. Os processos de controle da natalidade, fecundidade, reprodução, entre outros, exemplificam. Como estratégia de controle das populações e de suas vidas, a biopolítica atua também como poder preventivo, no sentido de prevenir mortes, doenças, acidentes, etc., através da criação de mecanismos que assegurem a vida humana. Dessa forma, a biopolítica é uma tecnologia de poder que – não se reduzindo ao controle individual dos corpos – busca controlar, pelo biopoder, a população, tomando-a como um problema político.

Como dispositivo de poder que busca regular a população, a biopolítica, extrapola os mecanismos disciplinares – usados no nível do controle individual – e passa a implantar na sociedade estratégias de controle do tipo estimativas estatísticas, quantitativas, previsões e projeções. Essas previsões servem de meio a partir do qual se vai intervir mais direta e globalmente nos fenômenos a fim de controlá-los e ajustá-los. Esse conceito remete às condições de expansão e interiorização da educação superior na modalidade a distância no Brasil, na medida em que essa expansão está se dando quantitativamente como consequência de um conjunto de pesquisas e dados estatísticos que organizam, controlam e regem as políticas educacionais. As tecnologias digitais, aparecem nesse contexto, como mais um mecanismo por dentro das estratégias de controle biopolítico, para não só acumular, distribuir, disciplinar os professores, mas amplificar as próprias estratégias de controle, via produção de mais números e quantidades.

As intenções proclamadas pela UAB a aproximam da UNIREDE e do Pró-Licenciatura, tendo feito inclusive com que se incorporasse em 2009 seus cursos de EAD. Contudo, a ausência de definição de um projeto pedagógico que venha a refletir uma aprendizagem aberta a distancia¹⁰. É mister observar a inconsistência no discurso da UAB em relação ao espaço reservado aos fundamentos epistemológicos da educação, pois o uso e o discurso das TDICs está reforçando a perda de foco na formação docente para a educação básica.

(Endnotes)

- 1 Portal da Open University do Reino Unido. Consulta em julho de 2010.
- 2 Disponível em: <http://www.unirede.br/> Consulta realizada em março/2009.
- 3 O que culminou na criação do Decreto 2494/1998, revogado pelo que encontra-se atualmente em vigor, o Decreto 5.622/2005.
- 4 Disponível em: <http://www.unirede.br/> Consulta realizada em março/2009.
- 5 (MEC/FNDE, Resolução CD, nº 34, Anexo III, 2005).
- 6 O Fórum das estatais busca “desenvolver ações que busquem potencializar as políticas públicas na educação promovidas pelo Governo Federal e pelo Ministério da Educação, das empresas estatais brasileiras, através da interação entre a sociedade civil brasileira, empresários, trabalhadores e organismos internacionais, em um processo de debates em busca da solução dos problemas da educação no País, do estabelecimento de metas e ações, configurando uma política de educação inclusiva e cidadã, visando a construção de um novo modelo de desenvolvimento para o País”. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/texto.pdf>. Consulta em abril/2009.
- 7 Disponível no Portal UAB: www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=a. Consulta: abril/2009.

- 8 Sobre isto ver tese de doutorado de Ana Beatriz Carvalho, defendida em 2009.
- 9 Sobre a biopolítica e sua relação com a teoria clássica da soberania, encontram-se referências na aula de 17 de março de 1976 (1999) e na obra **Nascimento da Biopolítica** (2008) e em **Segurança, Território e População** (2008).
- 10 Sobre aprendizagem aberta ver Belloni (2009).

REFERÊNCIAS

- BELLONI, Maria Luíza. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, 2009.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/1996. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- _____. Resolução/CD/FNDE nº 34, de 06/08/2005. Dispõe: sobre os critérios e os procedimentos para a apresentação, seleção e execução de projetos de cursos de licenciatura para professores em exercício nas redes públicas nos anos/séries finais do ensino fundamental e/ou médio, na modalidade de educação a distância.
- _____. Decreto n. 5.800 de 8 de Junho de 2006. Dispõe sobre a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil.
- _____. Propostas Conceituais e Metodológicas – Pró-Licenciatura. Secretaria de Educação a Distância - SEED. Brasília, 2005.
- _____. Referenciais de qualidade para cursos de graduação a distância, Brasília, DF, 2007.
- CARVALHO, Ana Beatriz de. A educação a distância e a formação de professores na perspectiva dos estudos culturais. **Tese de Doutorado** apresentada em Setembro de 2009 pelo Programa de Pós Graduação em Educação da UFPB.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências humanas e história dos sistemas de pensamento** / Michel Foucault; organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. - (Coleção Ditos e Escritos; Vol.: II).
- _____. **O poder psiquiátrico**: curso dado no Collège de France (1973-1974). São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. **Os anormais**: curso dado no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2002 – 8ª ed.
- _____. **História da Sexualidade 3**: o cuidado de si. 6ª ed. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- _____. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008. - (Coleção tópicos).
- _____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. - (Coleção tópicos).
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. **Resumo dos cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a Distância**: uma visão integrada. São Paulo: Thomson Learning, 2007
- REVEL, Judith. **Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Caraluz, 2005.
- SILVA, Marco. Educação on line. São Paulo: edições loyola: 2003.
- VIANNEY, João. A universidade virtual no Brasil: os números do ensino superior a distância no país em 2002. Seminário Internacional sobre Universidades Virtuais na América Latina e Caribe. Quito-Ecuador, fevereiro, 2003.
- ZUIN, Antonio A S. Educação a distância ou educação distante? O programa Universidade Aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual. **Revista Educação e Sociedade**, vol.27, n.96 – especial, p.935-954, out.2006.